

PROJETO DE LEI N.º 2.346-A, DE 2019
(Do Sr. Rubens Otoni)

Acrescenta parágrafo único ao Art.20 da Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, para garantir o acesso da pessoa com deficiência à seguros pessoais privados; tendo parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, pela aprovação (relator: DEP. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;
SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 2.346, de 2019, modifica a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para garantir o acesso da pessoa com deficiência a seguros pessoais privados. Na justificação, o autor informa que, apesar de o Código de Defesa do Consumidor proibir a recusa da venda de bens ou a prestação de serviços a quem se disponha a adquiri-los, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais, são recorrentes os casos de negativa para pessoas com deficiência.

O PL, que tramita em regime ordinário, foi distribuído à apreciação conclusiva das Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), e de Seguridade Social e Família (CSSF), para análise do seu mérito; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para apreciação da sua constitucionalidade, da sua juridicidade e da sua técnica legislativa. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PL na CPD.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência a apreciação do PL nº 2.346, de 2019, quanto ao mérito, no que tange a questões referentes ao seu campo temático e às suas áreas de atividade, nos termos regimentais.

Em nosso País, a proteção às pessoas com deficiência está avultada em diversos artigos da Constituição Federal (CF)¹, que conferem a esse grupo populacional tratamento diferenciado nas áreas trabalhista, previdenciária, assistencial, educacional, entre outras. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da

¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Pessoa com Deficiência (LBI)², em complemento à CF, pormenoriza diversas garantias a essas pessoas, bem como assegura que são vedadas todas as formas de discriminação efetuadas contra elas em razão da sua condição.

O PL que analisamos visa a acrescentar parágrafo ao art. 20 da Lei nº 13.146, de 2015, também conhecida como LBI, para vedar às operadoras de seguros privados a recusa da venda de quaisquer produtos à pessoa com deficiência em razão da sua condição.

No âmbito dos seguros privados de assistência à saúde, que são regulados pela Lei nº 9.656, de 1998, existe determinação segundo a qual as operadoras não podem impedir o ingresso de beneficiários por serem pessoas com deficiência. Com a aprovação deste PL, essa regra também passaria a constar da LBI, mas de forma mais geral. Seria um reforço às garantias das pessoas com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência representou um marco no ordenamento jurídico pátrio. A partir da sua edição, os cidadãos com deficiência passaram a ter uma ferramenta que lhes garante a defesa concreta e substancial contra a exclusão, a discriminação e o preconceito. Cabe a nós, Representantes do Povo, aprimorar essa norma, de modo a torná-la cada vez mais efetiva.

Salientamos que este PL passará pela análise da CCJC, para a apreciação da sua constitucionalidade, da sua juridicidade e da sua técnica legislativa. Assim, as incorreções porventura existentes nesta Proposição relacionadas a esses aspectos serão sanadas naquela Comissão.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.346, de 2019.

Sala da Comissão, em 29 de outubro de 2019.

Deputado DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 2.346/2019, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr..

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Maria Rosas e Diego Garcia - Vice-Presidentes, Alcides Rodrigues, Alexandre Padilha, Aline Sleutjes, Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., Eduardo Barbosa, Flordelis, Fred Costa, Pastor Eurico, Paulo Freire Costa, Rejane Dias, Ricardo Guidi, Carmen Zanotto, Delegado Antônio Furtado, Denis Bezerra, Dr. Zacharias Calil, Fábio Trad, Pedro Augusto Bezerra e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, em 30 de outubro de 2019.

Deputado GILBERTO NASCIMENTO
Presidente

² Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, acessível no seguinte endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm